

## **Posição dos ASD - Autarcas Social Democratas**

### **Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública apresentada pelo Governo agrada aos autarcas do PSD**

A versão inicial do Programa de Ajustamento Económico Financeiro assinado com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional em 17 de Maio de 2011, pelo anterior Governo do Partido Socialista, previa a obrigação de o Estado reduzir os serviços locais de finanças em pelo menos 20% em 2012 e 20% em 2013, num total de -40% (total era de 324).

No final de 2012 esta obrigação do PAEF foi revista, no prazo e na quantidade, passando a redução de Serviços de Finanças para 50% até junho de 2014 (aumentando o número a reduzir em mais 32 Serviços de Finanças totalizando 162 a encerrar).

O Governo trabalhou com o objetivo de, sem violar a obrigação internacional assumida pelo Governo do Partido Socialista, encontrar uma solução final que considerasse a importância da coesão territorial, construindo uma Administração Pública de proximidade e sustentável.

Foi há um ano transmitido publicamente pelo Governo que se estava a trabalhar numa solução que não deixaria nenhum Município sem atendimento da Autoridade Tributária e dos serviços de finanças.

O Governo trabalhou no sentido, não apenas de evitar o encerramento do atendimento fiscal, mas mais do que isto, trabalhou para uma nova **Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública** representando um novo paradigma sobre a presença do Estado nos territórios garantindo presença física em todos os municípios **em condomínios de serviços e complementado com Espaço do Cidadão com atendimento digital assistido.**

Comprova-se que as declarações vindas a público no sentido de que as populações ficariam sem acesso aos serviços de finanças e outros, bem como as listas de “encerramentos”, por alguns circuladas, eram verdadeiramente prematuras e precipitadas.

Os ASD consideram que esta aposta vai ao encontro dos interesses das populações, favorece a coesão territorial e pode potenciar mais respostas da Administração Pública aos cidadãos, de forma integrada em condomínio de serviços. Estamos perante uma das notícias mais animadoras para o território, para as populações e para tudo aquilo que os autarcas têm vindo a defender. Iniciando-se agora um período de discussão pública e de auscultação dos municípios, cabe a todos intervir no sentido da contribuição para melhorar a Estratégia, para definir campos de articulação entre a administração central e a administração local, em suma, para alcançar o melhor resultado final para as populações.

**NOTA: na página seguinte encontra-se excerto de posições anteriormente assumidas pela Comissão Política dos ASD no congresso da estrutura e nos dois últimos congressos do PSD.**

21 de maio de 2014

## **Histórico de Posições dos ASD assumidas em congressos da estrutura e em congressos nacionais do PSD**

(...)

Os dados relativos ao Censos de 2011, confirmam os alertas que os Autarcas Sociais Democratas têm efetuado, de uma forte tendência do aumento dos desequilíbrios e assimetrias regionais, com uma forte concentração da população junto das grandes cidades e na zona litoral do continente. Consta-se que os territórios do interior mantêm o sentido de declínio da população residente, facto registado em 199 dos 308 Municípios.

O agravamento destes dados estatísticos relevam ainda uma nova realidade em muitos dos Municípios em que já não se identificam territórios de baixa densidade populacional. Ao invés, e mais grave, são cada vez mais identificados territórios de muito baixa densidade. São territórios eminentemente rurais e dependentes das prestações sociais públicas e com uma acessibilidade decrescente aos principais serviços e bens públicos.

Os ASD-Autarcas Social Democratas sempre defenderam que as políticas públicas não podem deixar para trás estes territórios, que devem ser valorizados e desenvolvidos, invertendo-se estas tendências. Deve constituir objetivo claro do Governo e dos Municípios a manutenção da disponibilização dos serviços públicos nestes territórios.

Esta mudança obriga a um outro paradigma na visão da prestação do serviço de proximidade e na organização dos seus serviços, devendo as autarquias ser os parceiros fundamentais com vista à promoção da coesão territorial e, em concreto, do desenvolvimento local e regional.

Torna-se imprescindível que o Estado, ao nível da administração central, efetue uma análise transversal das políticas sectoriais com impacto no território e nas populações e que as reorganizações que venha a efetuar sejam feitas no pressuposto da valorização e coesão do território, os quais assumam as autarquias como elemento agregador e transversal dos serviços públicos de proximidade.

Nestas políticas incluem-se aquelas que se relacionam ou implicam a oferta pública de equipamentos de todos os serviços desconcentrados da Administração Pública, os quais devem servir as populações mas constituir-se igualmente como pólos de fixação de pessoas.

Os Autarcas Sociais Democratas estão conscientes dos compromissos assumidos pelo Estado Português no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira e da necessidade de racionalização e reestruturação com implicação direta na oferta de serviços públicos.

O Estado Português deve cumprir os seus compromissos, sem descurar o papel das autarquias num novo paradigma de prestação de serviços públicos de proximidade, o que pressupõe uma visão global e integrada na concretização da reestruturação de serviços, prevenindo e evitando efeitos nefastos e indesejados para a coesão territorial.

A manutenção da prestação do serviço público de proximidade deve ser assegurada.

Os Autarcas Sociais Democratas são contra o encerramento dos serviços públicos decididos no estrito interesse do sector em causa, cingindo-se a decisão à avaliação de indicadores internos de produtividade. Devem ser apresentados indicadores e fundamentos financeiros, demográficos e socioeconómicos que permitam ter uma visão integrada da rede e do conceito de serviço público associado.

A reorganização dos serviços públicos deve ter ainda em consideração os custos da mobilidade, nomeadamente os associados aos transportes públicos, escassos em territórios de muito baixa densidade.

Ao invés de anunciar encerramentos pontuais e avulsos, o Estado deve articular-se como um todo e redefinir a sua presença nos territórios, em estreita cooperação com as autarquias, para promover Plataformas de Serviço Público em cada território que permitiria induzir poupanças significativas mas não significaria o abandono dos territórios. Exemplo:

- a redução drástica dos custos de arrendamento dos diversos imóveis ocupados pelas organizações da Administração Central em cada território permitiria, seguramente, gerar poupanças que poderiam evitar os previstos encerramentos de serviços em diversos Municípios;
- os ganhos de escala associados à conjugação de diversas respostas integradas, idem, etc.

Em conclusão, o encerramento de serviços poderá promover o “encerramento de territórios” e por isso deverá repensar-se e reorganizar-se a presença do Estado Central nos territórios:

- Exige-se uma análise integrada e não verticalizada;
- Exige-se que seja definido um mapa e um caderno de encargos dos serviços a articular em defesa de uma administração central desconcentrada com uma gestão integrada, horizontal, transversal e orientada para o desenvolvimento, por oposição à gestão verticalizada, gerida ministério a ministério, com intervenções casuísticas de natureza sectorial como temos hoje.

(...)